

**Protocolo entre
a Direção-Geral do Território e
a Associação Nacional dos Topógrafos**

Lisboa | 12 de março de 2018



**PROTOCOLO ENTRE A DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO E A ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS TOPOGRAFOS REFERENTE AO RECONHECIMENTO DA EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL NO DOMÍNIO DO CADASTRO PREDIAL**

A Lei nº 3/2015, de 9 de janeiro, que regula o regime de acesso e exercício da atividade profissional de técnico de cadastro predial, veio consignar no seu artigo 3º que esta profissão seja desenvolvida não só por quem seja detentor de curso de especialização tecnológica ou curso superior profissional em cadastro predial mas também por aqueles que sendo detentores de um curso de ensino superior em domínio relevante para o exercício da atividade de técnico de cadastro predial, tenham frequentado um curso de formação complementar e, ainda, por técnicos que possuam experiência profissional há mais de 5 anos, devidamente comprovada pela DGT, e que frequentem um curso de formação complementar;

Considerando que os topógrafos se inserem no universo de técnicos que têm vindo a exercer atividades no domínio do cadastro predial bem como atividades conexas com a estrutura fundiária da propriedade, os quais poderão vir a aceder à profissão de técnico de cadastro predial desde que satisfaçam os requisitos previstos na alínea b) do nº 2 do artigo 3º da Lei nº 3/2015, de 9 de janeiro, ou seja, desde que sejam detentores de experiência profissional não inferior a 5 anos à data de entrada em vigor deste diploma, e concluir com aproveitamento o curso de formação complementar;

Considerando que a Lei nº 3/2015, de 9 de janeiro prevê a criação de uma lista dos técnicos de cadastro predial habilitados a exercer esta atividade em território nacional;

Considerando que a Portaria nº 380/2015, de 23 de outubro veio proceder à regulamentação da referida lei, procedendo, designadamente, à aprovação do plano do curso complementar nas várias tipologias aplicáveis, nelas se incluindo a identificação dos conteúdos e da carga horária da formação complementar a frequentar pelos profissionais na área das ciências geográficas, aplicável aos técnicos topógrafos;

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 3º da Lei nº 3/2015, de 9 de janeiro e na alínea b) do nº 1 do artigo 2º da Portaria nº 380/2015, de 23 de outubro, compete à Direção-Geral do Território (DGT) o reconhecimento da

experiência profissional dos interessados em aceder à profissão de técnico de cadastro predial;

Tendo presente as atribuições da DGT na área do cadastro predial, designadamente as competências para a execução, conservação e renovação, de cadastro predial em todo o território nacional, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 172/95, de 18 de julho, e bem assim as relativas à fiscalização e supervisão dos atos que podem, à luz da lei vigente, ser praticados por técnicos de cadastro predial;

Tendo presente que a Lei nº 78/2017, de 17 de agosto, criou um sistema de informação cadastral simplificada, bem como o Balcão Único do Prédio (BUPi), tornando mais premente a necessidade de garantir a existência no mercado de técnicos com competências e qualificações que contribuam para a qualidade da aquisição de informação cadastral simplificada, em especial no âmbito dos trabalhos de representação gráfica georreferenciada de imóveis;

Considerando as competências próprias que a Lei nº 3/2015, de 9 de janeiro e a Portaria nº 380/2015, de 21 de outubro atribuem à DGT, no âmbito do acesso ao exercício da atividade de técnico de cadastro predial;

Considerando, por fim, que a clarificação dos procedimentos de reconhecimento da experiência profissional comporta uma mais-valia no contexto da transparência e uniformização de critérios e que a intermediação da associação profissional assegura maior celeridade na prossecução do fim de interesse público em causa;

Assim, considerando a missão atribuída à DGT, em especial as atribuições no domínio do cadastro predial densificadas no Decreto-Lei nº 172/95 de 18 de julho e no exercício das competências conferidas pelo Decreto-Lei nº 153/2015, de 7 de agosto;

Aos 12 de Janeiro de 2018, entre:

A **Direção-Geral do Território**, abreviadamente designada por **DGT**, representada no ato por Fernanda do Carmo, na qualidade de Diretora-Geral, e

A **Associação Nacional de Topógrafos**, designada por **ANT**, representada no ato por José Augusto Ferraz, na qualidade de Presidente,

É celebrado o presente protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Âmbito

O presente protocolo regulamenta os termos em que os profissionais da Associação Nacional de Topógrafos (ANT), desencadeiam o procedimento de inscrição na lista dos técnicos de cadastro predial habilitados a exercer tal atividade no território nacional, admitindo a intermediação da ANT de forma facultativa.

Cláusula 2ª

Objeto

Constitui objeto do presente protocolo a definição dos requisitos para o reconhecimento da experiência profissional na área do cadastro predial por parte dos membros da ANT, designadamente a metodologia a seguir para a comprovação junto da DGT de tal experiência profissional, bem como a comprovação da frequência, com aproveitamento, da formação complementar prevista na Portaria nº 380/2015, de 21 de outubro;

Cláusula 3ª

Requisitos para o reconhecimento da experiência profissional

1. O reconhecimento pela DGT, nos termos do disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 3º da Lei nº 3/2015, de 9 de janeiro, da experiência profissional na área do cadastro predial de qualquer associado da ANT, pressupõe a comprovação do seguinte:

- a) Exercício efetivo da profissão;
- b) Experiência profissional na área do cadastro predial, pelo menos nos 5 anos anteriores à data de entrada em vigor da Lei nº 3/2015, ou seja, pelo menos desde 14 de janeiro de 2010, traduzida no exercício de atividades que envolvam, nomeadamente: - atos de reconhecimento em campo, sobre ortofotocartografia ou cartografia de traço, dos elementos de natureza predial; - levantamento topográfico de elementos de natureza predial, utilizando métodos topográficos ou técnicas GNSS de aquisição e processamento de dados, bem como a recolha dos dados descritivos que lhes estão associados; - produção e edição de dados geográficos em ambiente SIG ou CAD; - utilização



de sistemas de base de dados geográficos aplicados às temáticas no domínio do cadastro predial.

2. Para efeitos do disposto no nº 1 da presente cláusula o interessado apresenta curriculum vitae com descrição da experiência profissional desenvolvida no domínio do cadastro predial e respetivos documentos comprovativos, designadamente, declaração externa que identifique o tipo de atividade profissional realizada e o período de tempo correspondente ou, em casos excecionais designadamente quando se trate de dados sujeitos a sigilo profissional, declaração do interessado sob compromisso de honra.

Cláusula 4ª

Procedimento de reconhecimento da experiência profissional

1. O procedimento para o reconhecimento da experiência profissional a que se refere a cláusula anterior é desencadeado junto da DGT pelos técnicos interessados mediante a apresentação dos seguintes documentos por via eletrónica:

- a) Requerimento efetuado em formulário próprio disponibilizado na Internet no sítio da DGT;
- b) Documentos referidos no nº 2 da cláusula anterior; ou
- c) Documento assinado pelo presidente da ANT, que declare ter o interessado procedido ao depósito junto daquela associação da documentação mencionada na cláusula 3ª, caso o técnico opte pela intermediação da ANT.

2. Os técnicos interessados são responsáveis pelas declarações por eles proferidas no procedimento bem como por erros, atrasos e omissões que venham a ocorrer.

3. A DGT reserva-se no direito de solicitar esclarecimentos adicionais referentes ao processo de reconhecimento da experiência profissional do interessado, designadamente quando ocorra intermediação da ANT.

Cláusula 5ª

Formação complementar

1. A inscrição dos membros da ANT na lista dos técnicos de cadastro predial habilitados a exercer tal atividade no território nacional pressupõe a frequência de formação profissional complementar, de acordo com a tipologia aplicável previstas no plano de curso anexo à Portaria 380/2015, de 23 de outubro.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, o pedido de inscrição na lista dos técnicos de cadastro predial habilitados a exercer tal atividade no território nacional é acompanhado de documento emitido pelas entidades formadoras que comprove a frequência, com aproveitamento, da formação complementar prevista no referido plano de curso.

3. A ANT, compromete-se a apoiar e patrocinar ações ministradas por entidades formadoras que correspondam aos conteúdos formativos da formação complementar prevista na Portaria 380/2015, de 23 de outubro, bem como a incentivar e apoiar a formação contínua, designadamente em face a alterações legislativas que se repercutam na atividade de técnicos de cadastro predial.

Cláusula 6ª

Lista de técnicos de cadastro predial

1. A inclusão na lista de técnicos de cadastro predial habilitados a exercer esta atividade no território nacional está dependente do cumprimento das cláusulas anteriores e sujeito ao pagamento pelos técnicos interessados das taxas a que se refere a portaria prevista na alínea a) do artigo 9º, da Lei nº 3/2015, de 9 de janeiro, a publicar.

2. Para efeitos do disposto no número anterior a DGT notifica os interessados da data limite de pagamento, bem como do número de registo atribuído.

Cláusula 7ª

Contextualização da atividade de técnico de cadastro predial

1. A atividade de técnico de cadastro predial restringe-se aos atos legalmente previstos;

2. O reconhecimento da experiência profissional, bem como a aquisição de formação complementar têm como referencial a Lei nº 3/2015, de 9 de janeiro, e a Portaria 380/2015, de 21 de outubro, não podendo fundamentar o desenvolvimento de ações, projetos e atividades que extravase os seus objetivos e âmbito.

Cláusula 8ª

Ética e Deontologia

A ANT compromete-se a sensibilizar os seus associados para a ética e deontologia na prossecução da atividade de técnico de cadastro predial, para a responsabilização dos atos praticados neste contexto, para o regime de incompatibilidades e impedimentos legais e para o cumprimento da legislação vigente na área do ordenamento do território e do urbanismo, no exercício da atividade de técnico de cadastro predial, designadamente no que concerne aos princípios e regimes legais da estruturação fundiária, das condicionantes legais e do sistema de gestão territorial, comprometendo-se a promover as ações formativas adequadas.

Cláusula 9ª

Dever de colaboração mútua

1. A ANT comunica à DGT qualquer alteração relevante referente aos técnicos de cadastro predial incluídos na lista referida na cláusula 6ª.
2. Sem prejuízo das demais diligências que legalmente deva desencadear, a DGT comunica à ANT, qualquer irregularidade que, no contexto da sua atividade de fiscalização e supervisão, venha a detetar, e colabora ativamente para o objetivo constante da cláusula anterior quando tal lhe for solicitado, dentro das suas disponibilidades.

Cláusula 10ª

Vigência

1. O presente protocolo entra em vigor após a operacionalização e disponibilização do sistema de inscrição dos técnicos de cadastro predial na página da DGT e pressupõe a prévia publicação da portaria a que se refere a cláusula 6ª.
2. O presente protocolo pode ser revogado a todo o momento por acordo das partes e rescindido sempre que se verifique incumprimento das suas cláusulas, sem prejuízo das demais consequências legais que resultem de tal incumprimento.

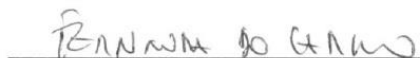


Cláusula 11ª

Normas finais

1. As dúvidas, erros e omissões das cláusulas constantes do presente protocolo são resolvidas por acordo das partes, a formalizar através de protocolo adicional, sem prejuízo das atribuições e competência da DGT.

A DIRETORA-GERAL DO TERRITÓRIO



O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TOPOGRAFOS

